

Ana Almeida

PERCEPÇÃO AMBIENTAL e
MUDANÇAS NO ESPAÇO PÚBLICO
NO PARQUE METROPOLITANO DO
ABAETÉ EM SALVADOR/BA

052

pós-

RESUMO

O principal objetivo é entender a forma como diferentes grupos sociais percebem, adaptam-se e vinculam-se aos espaços. Para tal, propomo-nos a levantar e discutir algumas questões acerca dos espaços urbanos modificados pela ação do poder público. Os dados foram obtidos durante a realização de uma pesquisa etnográfica, realizada no ano de 1998, em bairro de ocupação espontânea, próxima a uma área de proteção ambiental, Parque Metropolitano do Abaeté, objeto de reforma urbana que alterou sensivelmente seu antigo perfil. Os resultados indicam que a percepção desses moradores em relação ao seu local de moradia e espaços vizinhos está associada a uma crescente incredulidade em relação aos poderes políticos, paralelo a um progressivo desempoderamento desses indivíduos, fruto da contínua vitimização social de que são alvos, mediante sua marginalização aos processos produtivos.

PALAVRAS-CHAVE

Reforma urbana, percepção ambiental, marginalização, desempoderamento, vitimização social.

PERCEPCIÓN AMBIENTAL Y CAMBIOS EN
EL ESPACIO PÚBLICO EN EL PARQUE
METROPOLITANO DEL ABAETÉ EN
SALVADOR/BAHIA

RESUMEN

El objetivo principal es entender la forma como los diversos grupos sociales perciben, se adaptan y se vinculan a los espacios. Para eso, nos proponemos plantear y discutir algunas cuestiones relativas a los espacios urbanos modificados por la acción del poder público. Se recogieron los datos durante la realización de una investigación etnográfica, realizada en el año de 1998, en un barrio de ocupación espontánea, cerca de un área de protección ambiental, el Parque Metropolitano de Abaeté, objeto de una reforma urbana que alteró de manera perceptible su antiguo perfil. Los resultados indican que la percepción de estos vecinos, en lo que se refiere a su local de residencia y a los espacios cercanos, está asociada a una creciente incredulidad en relación a las instituciones políticas, en paralelo a un gradual desempoderamiento de estos individuos, fruto de la victimización social continua de que son blanco, por medio de su marginalización de los procesos productivos.

PALABRAS CLAVE

Reforma urbana, percepción ambiental, marginalización, desempoderamiento, victimización social.

ENVIRONMENTAL PERCEPTION AND
CHANGES IN THE PUBLIC SPACE IN
ABAETÉ, SALVADOR, BAHIA

ABSTRACT

This article's main objective is to develop an understanding of how different social groups perceive, adapt to, and are connected to, spaces. Accordingly, we raise and discuss issues regarding how public initiatives for urban spaces have changed. Data used in this article came from a 1998 ethnographic research study of a spontaneous settlement close to an environmental protection area, Parque Metropolitano do Abaeté, in Salvador, Brazil. This park was subject to extensive restoration that changed its former characteristics. The findings show that the perception of these residents regarding their settlement and the spaces around it was closely associated with the residents' growing disbelief of public initiatives. It was also linked to their progressive disempowerment associated with permanent social victimization, the result of being excluded from productive processes.

KEY WORDS

Urban reform, environmental perception, marginalization, disempowerment, social victimization.

INTRODUÇÃO

Este artigo se caracteriza pelo esforço de aproximação entre distintas áreas do saber – planejamento urbano, sociologia e antropologia urbanas, cujo convívio se manifesta de forma mais paralela do que transversal. Este é, portanto, um exercício, uma tentativa de alcançar algumas das possíveis conexões e inter-relações daí derivadas.

O projeto que deu origem a essa pesquisa, constituía, com outros projetos, o Programa de Avaliação do Impacto Epidemiológico do Bahia Azul, elaborado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia – UFBA, cujo principal objetivo era captar diferentes efeitos de uma grande intervenção na área de saneamento urbano, por uma série de estudos cujos resultados permitiriam uma avaliação mais global.

Um dos principais interesses do Programa de Avaliação do Impacto Epidemiológico era realizar um estudo de âmbito interdisciplinar que permitisse obter, além de dados quantitativos a respeito das doenças de veiculação hídrica, conhecimento acerca da relação entre comportamentos, hábitos e doenças e índice de mortalidade infantil. Vários subprogramas, em distintas áreas do conhecimento, abrangendo desde as avaliações epidemiológicas até estudos etnográficos foram elaborados, no intuito de produzir-se um amplo diagnóstico do impacto dessa intervenção sobre a população.

A pesquisa etnográfica efetuada durante o ano de 1998, com o acompanhamento diário de 15 famílias, propiciou a identificação e análise dos aspectos socioculturais dos modelos etiológicos e preventivos antes e depois da intervenção do Programa do Bahia Azul, na área de saneamento e abastecimento e água (FÓRUM CONTROLE SOCIAL DO BAHIA AZUL, 2000). Pautados na pesquisa etnográfica realizada em bairro de baixa renda da cidade de Salvador – BA, vizinho ao Parque Metropolitano do Abaeté, buscamos desenvolver uma abordagem que contemplasse as intervenções públicas urbanas ali realizadas e seus efeitos sobre a população residente.

Os resultados aqui apresentados derivam diretamente de minha experiência e observação participante como responsável pela equipe de campo da área em questão. Durante aproximadamente 12 meses abrimos mão de nosso cotidiano e passamos a viver naquele local. Sábados e domingos, feriados e dias santos fizeram parte dessa vivência. Participamos de ritos evangélicos, batizados, aniversários, cerimônias afro-religiosas, encontros entre mulheres; presenciamos manifestações de violência, com tiroteios e assassinatos; testemunhamos a hostilidade e agressividade das batidas policiais. Compartilhamos segredos, decepções, tristezas, alegrias e esperanças. Enfim, foi possível “sentir” como aquele grupo vivia, como se percebiam e como percebiam tanto os espaços em sua volta como aqueles nos quais estavam inseridos. Os resultados aqui apresentados são parte de um esforço de racionalização dessa experiência para compreender a natureza das relações que se constroem entre os espaços e os indivíduos.

APORTE TEÓRICO

Os estudos contemporâneos sobre questões ambientais têm privilegiado os problemas decorrentes do processo de produção – notadamente os efeitos advindos da poluição industrial – e das ações deflagradas sobre os recursos naturais. É notório que esse campo de pesquisas vem se ampliando progressivamente e, hoje, engloba, em seu universo, o contexto urbano enquanto problema ecológico associado à qualidade de vida e condições ambientais. O conhecimento produzido acerca das interações indivíduos/ambiente é de fundamental importância para subsidiar as ações implementadas pelos vários grupos ou instituições dedicados a promover melhorias na qualidade de vida, preservação dos ambientes naturais ou disseminação da educação ambiental, de forma que tais ações sejam consonantes com a realidade observada.

O crescimento das cidades demonstra que as áreas urbanas vêm se constituindo como um padrão de povoamento por todo o planeta. Até 1890 a população urbana representava apenas 14% da população mundial. Um século mais tarde atingiu o patamar dos 43% e estima-se que, em 2025, 63% da população mundial estará concentrada em zonas urbanas (WORLD RESOURCES INSTITUTE, 1996, apud FOLADORI, 2001) Segundo a ONU, em 2028 a população urbana superará a população rural.

No Brasil, esse modelo tem se firmado, principalmente, por meio dos fluxos migratórios oriundos das pequenas cidades e do campo em direção aos grandes centros, os quais se intensificaram durante o processo de industrialização do país, notadamente entre as décadas de 1950 e 1970 (MARICATO, 2003). A contínua pressão sobre as cidades, provocada pelo fluxo ininterrupto de pessoas, aliado à falta de planejamento eficaz, provocou e continua provocando um aumento desordenado e fragmentado do tecido urbano, gerando uma série de problemas, tais como a distribuição inadequada de serviços e de infra-estrutura, além da degradação ambiental e social.

Assim, os segmentos populacionais, marginais aos sistemas produtivos, na busca de soluções para enfrentar o déficit de moradias ou a falta de recursos financeiros que lhes restringe o conjunto de escolhas, lança mão de estratégias como a apropriação de áreas degradadas ou semidegradadas, onde surgem assentamentos espontâneos denominados favelas.

Tabela 1: Processo de urbanização no Brasil
Fonte: IBGE, 2000

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	29
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	35
1960	70.070.457	31.303.034	38.764.423	44
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55
1980	119.002.080	80.436.409	38.566.297	67
1991	146.825.008	110.999.084	35.834.485	75
1996	156.770.892	123.076.818	33.993.332	78
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81

Uma abordagem pautada nos estudos sobre adaptabilidade humana permite verificar o grau de adaptabilidade dessa camada da população ao ambiente urbano (MORAN, 1994).

Paralelamente, as mudanças no perfil do espaço urbano, trazidas pelo ordenamento e zoneamento do uso do solo por meio dos planos e projetos urbanísticos, desencadeiam uma resignificação da percepção desses espaços por seus usuários, propiciando novas concepções acerca da natureza das relações que se constroem com o espaço e no espaço. Sua produção e reprodução vêm sendo exaustivamente estudadas, principalmente os aspectos históricos, embora boa parte desses estudos priorize a análise das propostas ideológicas das classes dominantes. É importante aprofundar o conhecimento acerca dos usos clandestinos e marginais, inventados e recriados por usuários, transgressores da ordem espacial que pretende produzir corpos dóceis que podem ser submetidos, transformados e subjugados (FOUCAULT, 1995).

Uma das subversões mais conhecidas e estudadas refere-se às esferas privada e pública, reconstruídas com base não apenas em valores sociais coletivos e/ou individuais, mas também influenciada pelas formas espaciais que o ambiente apresenta (SENNET, 1988; DAMATTA, 1991).

Embora os espaços públicos e privados se confundam em muitas ocasiões – com complexas fronteiras definidas a partir de um conjunto de regras socioculturais – não se pode descartar a influência que a própria conformação do espaço provoca nesse processo. *A priori* os espaços são definidos com o planejamento e execução da construção da casa: dentro é privado, fora é público. Posteriormente, sofre novas resignificações, dadas pelo cotidiano e pelas redes de relações estabelecidas.

Esses vínculos entre espaços e indivíduos foram perfeitamente detectados quando da realização da pesquisa etnográfica em um bairro de periferia, na cidade de Salvador-BA, vizinho ao Parque Metropolitano do Abaeté, local de forte carga simbólica.

SALVADOR NO SÉCULO 20

Salvador inicia verdadeiramente seu processo de urbanização na década de 1940, com o adensamento demográfico de seu território, fruto, principalmente, do êxodo rural provocado pela crise agrícola que se iniciara no final do século 19. Sem estrutura física adequada para absorver tal contingente populacional, a cidade se expande de forma desordenada. Instala-se uma crise habitacional generalizada, a atingir tanto as camadas de maior poder aquisitivo quanto as classes populares. Em busca de áreas para se instalar, essa população dá início a um processo de periferação, já que a estrutura fundiária da cidade, baseada em grandes latifúndios urbanos, ocasionava grandes vazios, provocando a expansão do tecido urbano (SEPLANTEC/OCEPLAN, 1979).

Nesse período surge o Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS), sob a liderança intelectual do professor Mário Leal Ferreira, com o objetivo de buscar estudar a cidade, além de “[...]criar um corpo de doutrina para orientação futura e elaborar projetos para criação da estrutura da cidade e sua expansão” (SEPLANTEC/OCEPLAN, 1979, p. 362).

O plano urbanístico elaborado pelo EPUCS mostrava clara influência das cidades-jardins de Ebenezer Howard. Extremamente abrangente e minucioso, o plano salientava os aspectos físicos de uso de solo, sem deixar de considerar os fatores socioeconômicos.

Em 1959 é criada a Sudene pelo governo federal, com a finalidade de coordenar a nova política econômica na região, gerando incentivos fiscais e financeiros que proporcionassem os recursos necessários aos investimentos industriais, por meio da iniciativa privada. Na década seguinte é implantado o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Industrial de Camaçari, em municípios que passam a fazer parte da região metropolitana de Salvador. Esse novo pólo de atração exerce sua influência sobre o desenvolvimento urbano, social e econômico, ajudando a incrementar a ocupação da cidade, a consolidar o setor terciário, além de provocar profundas modificações na estrutura socioespacial, “a ponto de (Salvador) se tornar quase irreconhecível para quem a viu na década de 50 ou mesmo na de 60” (SEPLANTEC/OCEPLAN, 1979, p. 359).

Com a criação da Superintendência de Urbanização da Capital – SURCAP(1959), o sistema viário previsto no plano urbanístico, elaborado pelo EPUCS, começou a ser implantado, alterando significativamente o perfil da cidade. Mas é no período entre final dos anos 60 a 70 que acontecem as maiores e mais importantes intervenções viárias com a construção das denominadas avenidas de vale.

Essas novas vias de acesso atuaram como vetores de expansão – direcionando o crescimento da cidade, favorecendo a ocupação das áreas de entorno e promovendo a consolidação de outras já ocupadas anteriormente, porém de difícil acesso. A cidade, a qual, até então, apresentava um tecido urbano relativamente concentrado, expande-se por avenidas e vales, de forma descontínua, ocupando cumeadas e pontos altos mais distantes, deixando vazios internos. São edificadas conjuntos habitacionais, centros médicos, comerciais e administrativos. Algumas áreas são reservadas para a especulação imobiliária, concretizando um processo tipicamente capitalista urbano (SPINHEIRA, 1989). Esse processo resulta em uma redefinição do papel a ser desempenhado pelo centro da cidade.

Inúmeras vezes as recomendações do EPUCS foram retomadas e abandonadas, em parte por conta da descontinuidade político-administrativa. Finalmente, em 1984, concretizou-se sob a forma da Lei n. 3.377 – Consolidação das Leis de Ordenamento e Uso do Solo, Leis e Decretos Complementares – sendo, em 1988, acrescentada a revisão do Código de Obras da cidade de Salvador (Lei n. 3.903).

A Lei de Ocupação e Uso do Solo vem determinar novos parâmetros para a ocupação e organização física da cidade. Um novo perfil começa a ser delineado, com a setorização de uso previsto do solo urbano (comercial, serviços, residencial, industrial, misto), a determinação de gabaritos de altura, coeficientes de ocupação dos lotes, a prever uma distância mínima entre os edifícios, permitindo melhor ventilação, preservação da privacidade, supostamente tentando criar e manter um certo equilíbrio urbano.

A rápida incorporação da cidade à dinâmica do comércio e da indústria, aliada ao crescimento populacional, originou a necessidade de novos locais de



Mapa 1: Cidade de Salvador

Fonte: www.praticus.com. Disponível em: <<http://www.alquimista.net/bahia/bahia1.htm>>. Acesso em: 12/02/2008

moradia. Os antigos espaços já não atendiam à demanda populacional da cidade. Cresce daí o interesse de setores privados, além dos setores públicos, pelo mercado imobiliário. Surgem grandes projetos habitacionais para a cidade, possibilitando sua expansão para outros pontos, tais como a área do miolo (avenida Paralela), a avenida Suburbana (subúrbio ferroviário), além do adensamento dos bairros da orla marítima.

Essas modificações econômicas, políticas e sociais causaram uma grande transformação no perfil ocupacional de Salvador, incentivando a expansão de uma outra cidade, “a cidade informal” que se desenvolvia à margem dos processos urbanos formais. Inúmeros assentamentos espontâneos apareceram e expandiram-se rapidamente, modificando a fisionomia da cidade, acrescentando novas características ao perfil urbano delineado por planos urbanísticos e intervenções. O surgimento das favelas e invasões deixaram expostas as diferenças socioeconômicas acentuadas pelo capitalismo industrial e urbano, sendo possível identificar, com clareza, as “feridas” sociais refletidas na malha urbana.

O capitalismo industrial, enquanto modelo econômico de desenvolvimento, adotado no país como um todo, traz, em seu bojo, uma idéia de modernidade, concretizada, inclusive, em conceitos relativos ao planejamento das cidades, tais como zoneamento e racionalização das áreas urbanas, de forma que as funções urbanas e, conseqüentemente, as condições de vida, fossem otimizadas. O modelo europeu no qual se baseou as intervenções e planos urbanos não

comportava o crescente número de excluídos, marginais ao processo produtivo. As áreas invadidas e ocupadas pelas camadas mais pauperizadas não são beneficiadas pelas intervenções urbanísticas levadas a cabo pelo poder público, mantendo-se à margem dos processos urbanos formais.

Durante as últimas décadas do século 20 e início deste século, Salvador foi alvo de uma série de intervenções urbanas como a criação de parques metropolitanos, recuperação e revitalização de algumas áreas degradadas ou semidegradadas, a exemplo do Centro Histórico, Alagados e parte da orla marítima; obras na área de saneamento, com o Programa Bahia Azul; melhorias das condições de habitabilidade de algumas áreas urbanas, com o Programa Viver Melhor¹. A cidade passou a dispor de novos espaços de lazer e sociabilidade, a maioria localizados em áreas residenciais com população de maior poder aquisitivo.

Embora os espaços públicos vigorem como democráticos e acessíveis a todas as categorias sociais, indiscriminadamente, seus usos e localização refletem a segregação espacial que, sorrateiramente, imiscui-se no tecido urbano e separa pobres de ricos e negros de brancos. Nesse contexto se insere Salvador, primeiro aglomerado urbano do país, que, ao longo de quase cinco séculos, desenvolveu-se sem planejamento adequado, atendendo às exigências de modelos políticos e econômicos marcados por profundas desigualdades sociais, gerando uma população de excluídos a qual, hoje, distribui-se, prioritariamente, pelas áreas de baixada e encostas da cidade. Até 1998, 81,1% dos 2,79 milhões de habitantes residentes na região metropolitana de Salvador eram negros e negros mestiços, e nas áreas periféricas este porcentual poderia aproximar-se dos 100% (DIEESE/SEADE/SETRAS/UFBA; 1998).

Em 1999, a população da cidade era de, aproximadamente, 2,30 milhões de habitantes, dos quais apenas 25% dispunham de sistema de esgotamento sanitário, cuja rede estava basicamente distribuída entre os bairros ocupados pelos segmentos altos e médios da população. Os 75% da população que não tinham acesso a esse serviço dispunham seus esgotos de formas variadas: cerca de 17% da população jogava seus dejetos diretamente no solo ou corpos d'água e o restante se dividia entre redes simplificadas de esgoto, escadarias e rampas drenantes, galerias e canais de águas pluviais e fossas.

A cobertura da rede de abastecimento de água girava em torno dos 93%, embora a distribuição não fosse equânime, apresentando, por exemplo, falta sistemática da água em diversas localidades do subúrbio ferroviário². O sistema de coleta de lixo envolvia, aproximadamente, 70% da cidade e o restante dos resíduos produzidos eram lançados nas ruas, encostas e rios.

Em 1995, o governo do estado da Bahia iniciou as obras do Programa Bahia Azul, na área de saneamento ambiental, cujo principal objetivo era ampliação do sistema de rede na área metropolitana de Salvador, bem como nas cidades do entorno da baía de Todos os Santos, com o objetivo de melhorar tanto as condições ambientais quanto a qualidade de vida e nível de saúde da população. O Programa Bahia Azul, gerido pela secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, do governo do estado da Bahia, estava previsto para ser concluído no ano de 2006, com custo de, aproximadamente, 400 milhões de dólares, financiados pelo BIRD e governo do estado (ANDRADE, 1997).

(1) Esse programa prevê a recuperação de áreas degradadas, insalubres ou inadequadas para moradia por meio das ações de construção e/ou melhorias habitacionais, incluindo-se unidades sanitárias, infra-estrutura, equipamentos comunitários, serviços urbanos, regularização fundiária e promoção social.

(2) O Subúrbio Ferroviário se situa a oeste da cidade e é formado por localidades ocupadas pelos segmentos mais pauperizados da população.

Figura 1: Parque
Metropolitano do Abaeté
Fonte: CONDER.
Disponível em: <http://
www.ba.anasps.org.br/
index.asp?link=7>. Acesso
em: 12/02/2008



O PARQUE METROPOLITANO DO ABAETÉ

A lagoa do Abaeté está inserida em área de proteção ambiental e faz parte de um complexo de lazer e turismo denominado Parque Metropolitano do Abaeté, patrimônio ambiental e turístico, composto por um complexo de dunas, lagoas e vegetação nativa, distribuídas em área de 12 mil m².

A área urbanizada, em total de 255 hectares, compreende cerca de dois quilômetros de caminhos de circulação; um Núcleo Central a concentrar as atividades culturais, de lazer e serviços de apoio aos visitantes, formado pelo Centro de Atividades que abriga lanchonetes, restaurantes e lojas de artesanato; a Casa das Lavadeiras e a Casa da Música da Bahia.

A Casa das Lavadeiras foi criada com o objetivo de organizar essa atividade, evitando a poluição da lagoa pelo uso contínuo de produtos químicos. É equipada com tanques, vestiários, berçários e um espaço de recreação infantil para os filhos das lavadeiras.

O *playground*, com brinquedos, é formado pelas praças Castelinho, Mirante e Belvedere. Dois estacionamentos com capacidade para mais de 160 veículos, 14 baías para ônibus e um terminal turístico facilitam o acesso de visitantes e turistas. Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, um convênio permanente com a Polícia Militar, com seu Pelotão de Cavalaria, garante a segurança do local. Além dos militares, uma empresa especializada faz a segurança das áreas urbanizadas, e fiscais do Centro de Recursos Ambientais circulam por toda a área do parque. Dentro da área urbanizada estão a sede de um bloco afro e um terreiro de candomblé (CONDER, 2007).

O parque se caracteriza como um dos pontos de visita obrigatória dos circuitos turísticos, além de local de lazer, com promoções de shows, feiras e outros eventos populares, atraindo, principalmente, uma clientela jovem, sensível a esse tipo de apelo.

As intervenções urbanas realizadas na área onde está situada a lagoa e seu entorno alteraram profundamente suas características físicas, interferindo também

nas características do ambiente social formado em torno da lagoa, constituído, basicamente, por moradores de uma invasão local e adeptos das seitas e religiões afro-orientais, que ali desempenhavam suas funções e obrigações religiosas, além dos eventuais visitantes vindos de todos os recantos da cidade, para usufruir as delícias proporcionadas pelo agradável ambiente natural.

O OUTRO LADO DA MOEDA: A VIZINHANÇA

Adjacente ao parque, situa-se uma ocupação de relativa densidade demográfica, desenvolvida ao longo de mais ou menos três décadas, em área de baixada, contígua à lagoa do Abaeté, local de grande carga simbólica, evocada, sobretudo, em seu aspecto mítico, enquanto lugar de encantamentos e moradia de seres que povoam o imaginário popular.

Contrastando com a estética espacial do parque, cuidadosamente planejado, está o aglomerado de casas, tecnicamente definidas como habitações subnormais, ainda que sejam “casas”, na percepção de seus moradores, já que se institui como *locus* familiar, espaço de produção e reprodução da vida.

As habitações se amontoam, disputam os espaços vazios e não respeitam o traçado geométrico e linear que definem as ruas e ordenam o espaço. Ali, as construções eclodem, aparecem como se brotassem do chão, como se filhas da terra fossem, em tosca imitação da vegetação a crescer e expandir-se sem pedir licença para exibir sua exuberância.

Acompanhando esse traçado curvilíneo e imprevisível, pequenos filetes de uma água escura e fétida atravessam todo o bairro em ritmo incessante, contaminando o solo e atingindo as crianças que circulam e brincam nas proximidades. Monturos de lixo que se espalham pelas esquinas, becos, vielas e encostas finalizam essa paisagem mórbida e triste que contrasta, em dias de sol, com o céu luminoso de um azul puro.

Na estação das chuvas, parte dos moradores sofre com a água que desce pelas encostas, acumula-se no vale e penetra as casas, carregando em seu caminho o lixo, a sujeira e o que resta de dignidade e de esperança nesses sujeitos.

As condições ambientais dessa área são as mesmas encontradas em outras ocupações espontâneas da cidade. Sem infra-estrutura básica, apresenta um quadro de onde emerge, principalmente, os problemas decorrentes da falta de saneamento. Essa situação é agravada pelo fato de a ocupação estar assentada sobre uma área de brejo paulatinamente aterrada. As valas a conduzirem os dejetos e cruzarem o bairro em toda a sua extensão são remanescentes de pequenos córregos que atravessavam a área.

Dentro desses limites se constrói a dinâmica das relações com e no espaço e que se manifesta nas formas de circulação de moradores, visitantes eventuais ou costumeiros; nas atividades cotidianas e nas conversas entre vizinhos; no lazer e no jogo; nas brincadeiras infantis; nos namoros, na morte, e na violência das brigas familiares; nos afetos e desafetos que nascem e repousam nesses espaços tecem, entre si, uma rede de acontecimentos os quais dão vida e identidade ao bairro.

ANTIGOS E NOVOS USOS

As relações dos moradores com o espaço da lagoa foram reestruturadas com base nas novas formas espaciais. Entretanto, longe de enquadrarem-se, os sujeitos acabam por subverter o disciplinamento e a ordem implantada pelo desenho urbano, fornecendo, aos espaços, usos que lhes são familiares e/ou convenientes e, por vezes, distanciam-se das funções previamente estabelecidas.

Os moradores mantêm frágeis laços com o ambiente natural – formado, principalmente, pela lagoa e adjacências, onde estão concentradas partes das dunas, a fauna e a flora – provavelmente devido às modificações na paisagem local, que interferiram no conjunto de características as quais lhes imprimiam certa identidade. A preservação do local encontra eco nos adeptos dos cultos afro e em uma pequena associação ecológica, presidida por um morador, que, a despeito das dificuldades e dos escassos recursos, tem conseguido chamar a atenção de alguns segmentos sociais para a preservação da fauna e flora.

Um dos usos tradicionais relacionados ao espaço natural foi a coleta de espécimes locais para uso medicinal. Essa tradição parecia sobreviver graças a um antigo morador, cuja principal atividade era a colheita de ervas e plantas na área do Abaeté. Para alguns vizinhos, ele era um grande conhecedor dos espécimes ali existentes; para outros, utilizava-se da orientação e conhecimento de outros moradores para realizar a coleta.

Dos antigos usos da lagoa e espaços adjacentes, conserva-se a realização de rituais religiosos em determinadas épocas do ano, embora o uso de velas represente um risco iminente de incêndio pelo contato do fogo com a vegetação seca, colocando em perigo a fauna e flora locais. Mesmo essa atividade sofreu interferências e mudanças em seu processo, sendo necessário render-se à burocracia e agendar previamente o evento com a administração do parque, a alegar o aumento do número de cultos evangélicos, com participação de até 3.000 pessoas, na área da lagoa, como principal motivo para a adoção de tal procedimento. “*Agora tem que pedir autorização para colocar o presente. A gente envia o pedido por fax e aguarda a liberação.*”, afirma uma mãe-de-santo (CORREIO DA BAHIA, 21/01/2007).

As lavadeiras são, provavelmente, um dos poucos grupos que permanecem freqüentando o local, embora sua atividade tenha sido reestruturada em novas bases, pelo controle do uso da água e do espaço, pois a lavagem de roupas é feita em construção apropriada, destinada a esse fim. Apenas as lavadeiras cadastradas pela administração do parque podem utilizar as instalações, mas, eventualmente, é possível burlar essa fiscalização, com a aquiescência de funcionários da administração que integram suas redes de relações.

Há duas ou mais décadas a lavagem de roupas era uma atividade profissional importante que requeria um ritual elaborado. As mulheres se dirigiam às margens da lagoa, acompanhadas dos filhos menores, e lá permaneciam boa parte do dia.

O trabalho consistia em lavar e quarar a roupa, procedimento que garantia, com o uso do anil, a brancura dos linhos e algodões; em seguida, a roupa era estendida sobre a areia onde secava rapidamente, favorecida pela intensidade do sol. Segundo uma antiga lavadeira, era comum enterrarem a roupa sob a areia e

Figura 2: Casa das lavadeiras. Parque Metropolitano do Abaeté
Fonte: <http://www.pt.trekearth.com/>. Disponível em: < http://pt.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Northeast/Bahia/photo762164.htm. Acesso em: 18/02/2008



retornarem às atividades domésticas. Terminados os afazeres em casa, retornavam para continuar o trabalho, concluído com a roupa passada e engomada.

Cada peça de roupa, depois de seca, era sacudida criteriosamente até que todo e qualquer grão de areia fosse expulso do tecido. Muitas vezes essa tarefa cabia às crianças, castigadas, caso não a desempenhassem cuidadosamente. Era comum também o uso de água-de-cheiro (mistura de água e folhas de patchuli ou alfazema) para perfumar a roupa. Hoje, essa atividade é realizada em poucas horas, com a ajuda de produtos industrializados, o que permite uma economia de tempo e maior facilidade na execução da tarefa.

Mas algumas antigas lavadeiras falam com nostalgia desse trabalho artesanal que realizavam. O desempenho dessa atividade acontecia coletivamente, propiciando a formação de uma extensa rede de relações, permitindo uma maior interação. Atualmente, a Casa das Lavadeiras assumiu a função de espaço de convivência social, embora completamente resignificado, tanto pelas transformações ocorridas no espaço e nas relações com o espaço como no papel social das lavadeiras.

O tratamento urbanístico dado à lagoa do Abaeté provocou o que poderíamos denominar de “mudança de *status*” espacial, a qual afetou



Figuras 3 e 4: Lavadeiras no Abaeté
Fonte: Acervo Iconográfico da Biblioteca Central do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/online/new.php?sec=reportagem&id=514>

negativamente os moradores da área, à margem dessas alterações. A lagoa, seu entorno e o bairro estavam, simbioticamente, associados em uma identidade. As mudanças trazidas pela urbanização do parque provocaram uma fragmentação dessa unidade, causando estranhamento aos moradores que passaram a não reconhecer mais essa área como pertencente ao seu território.

Essa diferença, além de incompatibilizar o novo perfil traçado para o parque com aquele mantido pelo bairro, espelha a discriminação contida nas políticas públicas elitistas e afeta diretamente os grupos sociais de maior vulnerabilidade socioeconômica. Foi quase unânime a afirmação dos moradores: no Abaeté “só vai barão”. Apenas os mais jovens, sem apego às tradições locais, faziam dali seu ponto de encontro para prática de alguns esportes, como o “baba”, o banho na lagoa e até mesmo a prática de pequenos furtos, principalmente durante os finais de semana, quando era maior a frequência de visitantes.

O bairro carregava a fama de ser refúgio de marginais e traficantes, o que contribuía para a polícia adotar um comportamento hostil e agressivo na abordagem a esses jovens moradores os quais circulavam pelo parque.

As marcas da violência imperavam com assassinatos, freqüentemente motivados por desavenças entre traficantes, a respeito dos pontos de venda de drogas. As agressões intradomésticas, principalmente com relação às crianças, mostraram-se parte do cotidiano desses sujeitos que tornavam e tornam esse comportamento um hábito no trato com os filhos.

Mesmo assim a população afirmava, categoricamente, que a violência havia sido consideravelmente reduzida, sendo possível andar pelo bairro com certa tranquilidade. Até então, os eventos violentos eram atribuídos aos conflitos entre traficantes, embora houvesse muitos comentários sobre a arbitrariedade da polícia, a qual utilizava a força física para impor sua autoridade e conter o tráfico de drogas e a ação dos marginais dentro do bairro. Alguns moradores aprovavam e afirmavam a eficiência dessa conduta para coibir a ação dos marginais.

Tais argumentos reforçavam a imagem do bairro como local de alta periculosidade e marginalidade. Essa discriminação era tão arraigada, que se reproduzia de forma endógena. A segregação entre os próprios moradores se expressava por uma delimitação territorial interna, com a demarcação dos domínios baseada em complexo sistema de valores que determinava, em última instância, quais ações e comportamentos eram aceitáveis e quais eram condenáveis. Paralelamente, os locais de ocorrência dos eventos violentos passavam a funcionar como fronteiras, determinando os limites entre áreas de “gente desce e trabalhadora” e aquelas ocupadas por “vagabundos e marginais”.

Essa territorialização correspondia a uma distribuição das habitações segundo sua tipologia: as casas ou habitações subnormais estavam localizadas mais no interior do bairro, em área de baixada, de alta vulnerabilidade socioambiental e em processo de consolidação. As construções em alvenaria de bloco, com revestimento e cobertura em laje ou telha cerâmica, concentravam-se nas áreas periféricas do bairro que apresentavam características de ocupação mais antiga e consolidada. As condições ambientais eram e continuam precárias, embora o relevo topográfico menos acidentado ensejasse melhores possibilidades, como menor acúmulo de águas pluviais. Essas áreas eram favorecidas por uma

maior facilidade de acesso, com algumas ruas a permitirem o tráfego de veículos e desembocarem em áreas mais nobres do bairro de Itapuã, ao passo que as ruas centrais só poderiam ser alcançadas pelo deslocamento a pé.

Resta, ainda, esclarecer que na área do parque situam-se um terreiro de candomblé e a sede de um bloco afro, esta última localizada em um dos caminhos de acesso à área de baixada, de onde se tem ampla visão do aglomerado de habitações. Embora promovam festas, shows e outras atividades de caráter cultural e educativo, os informantes afirmaram que o bloco afro não mantinha nenhum tipo de vínculo com a comunidade, exceto as de interesse comercial, como a venda de fantasias para os festejos do carnaval.

Era visível a dificuldade de mobilização e organização entre os moradores. Uma hostilidade implícita caracterizava as relações entre as várias localidades que compunham o bairro, dificultando a criação de uma identidade a qual superasse essas diferenças. É importante observar que a subjetividade contida na categoria “bairro” aponta para a definição do conceito de *espaço e lugar* (TUAN, 1983). Enquanto o “lugar” está associado à afetividade e é delimitado a partir das experiências íntimas de cada um, a concederem significado e representatividade à casa, à rua em que se mora, ao itinerário de todos os dias, as unidades maiores, tais como o bairro, exprimem-se de forma conceitual e adquirem visibilidade por meio de um esforço mental.

Ao se referirem ao Parque Metropolitano do Abaeté, a unidade da identidade surgia pela contraposição das diferenças ambientais entre as duas localidades. Diante do apelo endógeno da unidade do próprio bairro, os conflitos e divergências eclodiam e demarcavam as diferenças entre os grupos de moradores residentes em diferentes locais do bairro.

Na verdade, estabelecer os limites, mesmo simbólicos, do bairro, tornou-se tarefa quase impossível. As informações controversas eram claramente fundamentadas em valores morais que compunham o referencial de avaliação dos indivíduos e, conseqüentemente, determinavam o enquadramento dos grupos com base nesse sistema. Para efeito da pesquisa, optamos por adotar os limites a partir de um cruzamento entre elementos físicos apontados como marcos (a própria lagoa, por exemplo), a continuidade física e topográfica e, por último, contamos com alguns indicadores contidos no histórico de constituição dessa ocupação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização espacial é, portanto, capaz de revelar e sintetizar, em sua forma, aspectos socioculturais, mas traz, também, ao longo da história de sua constituição, questões acerca da adaptabilidade dos indivíduos a formas previamente estabelecidas. As esferas privada e pública são reconstruídas com base não apenas em valores sociais coletivos e/ou individuais, mas também é influenciada pelas formas espaciais que o ambiente apresenta (SENNET, 1988; DAMATTA, 1991).

As relações estabelecidas entre o meio ambiente e os sujeitos parecem permeadas por questões de identidade e de valores que lhes garantam alguma inserção no contexto urbano. A avaliação dos sujeitos sobre seu próprio ambiente

passa por duas interpretações: a primeira delas se refere a questões como poluição da água, saneamento, carência de infra-estrutura, etc; a segunda, mais complexa, refere-se a aspectos mais subjetivos, tanto do meio natural quanto do meio ambiente construído. Referem-se, pois, a efeitos que poderiam ser denominados de socioculturais (RAPOPORT, 1977).

Essa população apresentou características muito particulares em sua relação com os espaços urbanos e, nitidamente, correspondem a um conjunto de valores os quais incidem na construção da percepção ambiental sobre seu local de moradia e sobre os espaços contíguos a este.

As mudanças urbanas ocorridas nas cercanias do bairro contribuíram para o surgimento de um sentimento de impotência e frustração dessa população, que se viu alijada dos benefícios proporcionados pelas políticas públicas. As dificuldades de organização e mobilização revelaram uma descrença coletiva nos poderes públicos e no papel dos políticos que só “aparecem quando tem eleição”, no dizer dos moradores.

Ao longo dos últimos dez anos a situação permanece inalterada. Notícias veiculadas na internet e em jornais locais discorrem sobre as mesmas questões ambientais detectadas em 1998. Em novembro de 2004, *A Tribuna da Bahia* relatava os problemas enfrentados pelos moradores, em consequência das chuvas provocadas por uma frente fria que chegava à cidade: “*Pedimos à prefeitura que implantasse o projeto Viver Melhor aqui desse 1997 mas até agora nada foi feito. É um verdadeiro contraste, de um lado da rua a beleza e o luxo do Abaeté, e do outro os moradores que vivem na lama*”, afirmava um morador do bairro (CONDER, 2007).

Em 2006, o então presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, visitou o local para conhecer as principais queixas e carências dos moradores e afirmou: “[...] *dentro de aproximadamente 30 dias deveremos concluir um levantamento da atual situação de toda a ocupação e, a partir dessas informações, atualizar um projeto elaborado anteriormente para uma intervenção na área.*” (CONDER, 2007a)

Um ano depois, em março de 2007, a área recebeu novamente a visita do atual presidente da CONDER, garantindo: “*O Governo do Estado irá buscar recursos, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para resolver em definitivo os problemas de alagamento e falta de saneamento básico que atingem as quase duas mil famílias que residem no local.*” (CONDER, 2007b)

As obras continuam caráter emergencial, em função da estação de chuvas, quando enchentes e desabamentos são os riscos mais imediatos. “*Aqui quando chove é um sofrimento só, além de desabamentos, a água da chuva se mistura aos esgotos, nossas casas são invadidas e a destruição é total, mas agora temos esperanças de que tudo isso vai mudar para melhor*”, desabafou Rute, 39 anos, moradora do bairro onde nasceu (CONDER, 2007b).

Ao longo dos anos, as políticas públicas urbanas deflagradas pelo governo do Estado para melhorias na qualidade de vida da população ignorou e tem ignorado, justamente, os grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica. Programas como o Bahia Azul ou o Viver Melhor, teoricamente voltados para recuperação de áreas degradadas e elevação do padrão de qualidade de vida dessas populações, parecem não cumprir seus objetivos.

Esses fatores reiteram a idéia de a percepção desses moradores em relação ao seu local de moradia estar intimamente associada a uma crescente descrença em relação aos poderes políticos, paralela a um progressivo desempoderamento desses indivíduos, fruto da contínua vitimização social da qual são alvos, mediante sua marginalização aos processos produtivos.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Roberto Moussallem de. O saneamento na Bahia: Situação atual e perspectivas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 7, n. 1, p. 5-12, 1997.
- BARRETO, Maurício et al. Saneamento básico: Impacto epidemiológico do Programa Bahia Azul. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 7, n. 1, p. 24-38, 1997.
- BORJA, Patrícia Campos. *Saneamento na cidade de Salvador: Uma questão de qualidade ambiental urbana*. Trabalho apresentado à disciplina Análise Ambiental Urbana, do mestrado em Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
- CARVALHO, Inaia Maria M. de; LANIADO, Ruthy Nadia. A sociedade dos fatos consumados: Ação direta, movimentos sociais e cidadania. *Caderno CRH*, Salvador, n. 17, p. 35-56, 1992.
- CONDER. *Parque Metropolitano do Abaeté*. Disponível em: http://www.conder.ba.gov.br/parque_abaete.htm. Acesso em: 03 jan. 2007.
- _____. Frente fria causa problemas. *Tribuna da Bahia. Clipping*, 24 de novembro de 2004. Disponível em: http://www.conder.ba.gov.br/webnews/news/noticia_externa.asp?NewsID=761. Acesso em: 24 mar. 2007.
- _____. Ações emergenciais socorrem famílias da Baixa do Soronha. *Últimas Notícias*, 26 de março de 2007. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br/webnews/news/noticia.asp?NewsID=1342>. Acesso em: 03 abr. 2007.
- _____. Conder vai realizar obras na Baixa do Soronha. *Últimas Notícias*, 3 de março de 2006. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br/webnews/news/noticia.asp?NewsID=1253>. Acesso em: 12 mar. 2007.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1991.
- FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Unicamp, 2001.
- FÓRUM Controle Social do Bahia Azul (Estado). *Dossiê Programa Bahia Azul*. Disponível em: <http://www.ospiti.peacelink.it/zumbi/org/sindae/ba.html>. Acesso em: 03 dez. 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- INSTITUTO de Saúde Coletiva (Estado). *Avaliação do Impacto Epidemiológico do Programa de Saneamento Ambiental da baía de Todos os Santos – Bahia Azul. Relatório Quadrimestral*. Salvador: UFBA, 1997.
- _____. *Avaliação do impacto sobre a saúde do Programa de Saneamento Ambiental de Salvador e cidades do entorno da baía de Todos os Santos: Ante-projeto apresentado à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Bahia*. Salvador: UFBA, 1996.
- MARICATO, Ermínia. Dimensões da tragédia urbana. *Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003.
- NELSON, Carlos. *Quando a rua vira casa*. São Paulo: Finep/IBA, 1985.
- PANCERI, Bernadete. Percepção ambiental: Um enfoque comunitário e institucional no campo do saneamento ambiental rural. In: 19º CONGRESSO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 1997, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* CD-ROM.

- RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1977.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SEPLANTEC/OCEPLAN. *Habitação e urbanismo em Salvador*. Salvador: Arco-Íris, 1979.
- SIMAS, Américo. Desenvolvimento urbano da cidade de Salvador. Planejamento. *Revista da Fundação de Pesquisas CPE*, Salvador, v. 8, n. 1-2, p. 12-17, 1980.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

Ana Almeida

Arquiteta, formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA, doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva – UFBA e professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências e UNIFACS.

Rua Várzea de Santo Antônio, 331, ap. 502. Caminho das Árvores
41820-180 – Salvador - BA
e-mail: aalmeida.ssa@gmail.com